

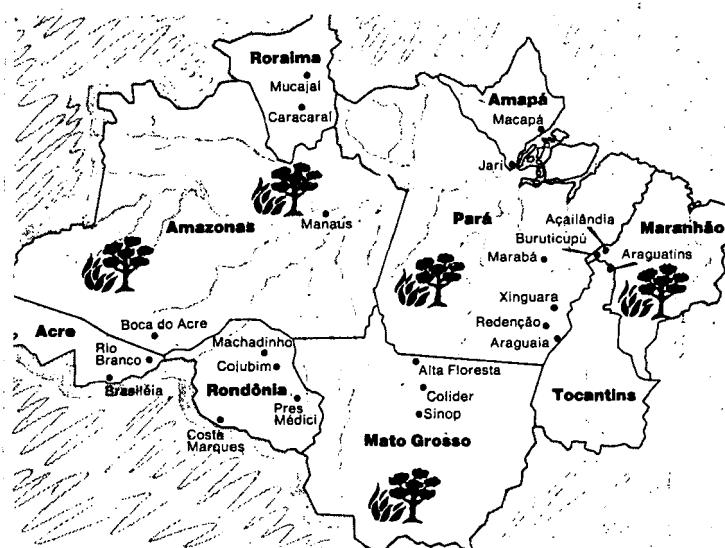
Aconteceu

7º Intereclesial

KARREY X
MC (-)
PP ()
DOC. GERAL ()

CAXIAS SE PREPARA PARA RECEBER AS CEBs

Está tudo pronto para o 7º Encontro Intereclesial das CEBs que vai ser realizado de 10 a 14 de julho em Duque de Caxias (RJ). São mais de 2 mil participantes entre delegados das comunidades e representantes da América Latina, igrejas evangélicas e índios. Desde 1986 (após o Encontro de Trindade - GO) as Comunidades Eclesiais de Base vem se preparando para este encontro. Bispos de todo o país estarão presentes. Veja na página 11.



Começa a temporada de incêndio na Amazônia

A estação da seca é o sinal que anuncia as queimadas nos estados da Amazônia Legal. Os fazendeiros não escondem esta estratégia que apresentam como única solução para abrir novas roças e pastagens. Enquanto isso acontece, o próprio governo reconhece que não há verba para combater as queimadas. (Págs. 6 e 7)

Vaqueiro confirma que Darli Alves matou Chico Mendes

Brossard acusado de omissão na morte do Padre Josimo

(Última Página)

(Pág. 15)

Pagamento suspenso na greve do Rio

A maioria dos professores públicos estaduais dos grupos 1 e 2, cujos pagamentos começaram dia 5, teve uma surpresa ao abrir o contracheque: receberam zero cruzado. A secretaria estadual de Educação e Cultura, Fátima Cunha, cumpriu o que prometeu, isto é, suspendeu os salários dos professores, em greve há um mês, para forçá-los a voltar às aulas.

"Cansamos de fila, fome, queremos salários decentes. Quem ganha NCz\$150,00 por mês já vive na miséria há muito tempo e cortar o nosso ponto só nos faz ficar mais revoltados", foi a reação da professora de métodos e técnicas de alfabetização, Isa Locatelli, e da maioria dos professores que participaram da assembleia no Instituto de Educação, na Tijuca (zona norte). Os 200 professores que compareceram, votaram por unanimidade pela continuação da greve.

Recursos

O Sepe (Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação) impetrhou dia 6 mandado de segurança contra a suspensão do pagamento de maio dos professores que estão de licença médica ou aposentados. O advogado da entidade, Pedro Galindo, disse que a decisão de suspender o pagamento, tomada pela secretaria estadual de Educação e Cultura, Fátima Cunha, é inconstitucional e não discriminou os servidores que estavam afastados do trabalho por outros motivos que não a greve.

O sindicato lidera uma greve que dura mais de 30 dias e, como forma de forçar a volta às aulas, a secretaria mandou suspender o pagamento de professores e funcionários que trabalham em escolas que pararam de funcionar. (JB, 6/6/89)

Greve na rede estadual divide pais de alunos

A população de São Paulo está dividida em relação à greve dos professores da rede estadual de ensino. Levantamento realizado pelo Departamento de Pesquisa do Estado, com 400 pais de alunos de escolas estaduais, revela que 51% dos entrevistados são favoráveis à

paralisação e 49% são contrários. Mais de 80% dos pais consultados acreditam que os baixos salários dos professores constituem um desestímulo e prejudicam a qualidade do ensino oficial no Estado. (O Estado de São Paulo, 4/6/89)

Entidade gaúcha quer motivar voto aos 16 anos

A União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas (UGES), que representa cerca de dois milhões de alunos do segundo grau, decidiu promover uma campanha para motivar os jovens maiores de 16 anos a participarem da próxima eleição presidencial. "A situação que atravessa o País é de extrema dificuldade, mas não haverá um salvador da pátria. Por isso é preciso fazer campanhas sobre a importância do voto dos jovens", afirmou o presidente da UGES, Luiz Fernando Kael. A campanha prevê a distribuição de cartazes nas escolas do Rio Grande do Sul com slogans do tipo: "Jovem de 16 anos: tenha um caso de amor com

o Brasil. Apaixone-se pela política". Também serão feitas palestras com objetivo de "resgatar o papel da juventude e seu espírito de participação", informou Kael.

De acordo com pesquisa nacional por amostras de domicílio, feita pelo IBGE em 1987, no Rio Grande do Sul, há 503.198 pessoas na faixa etária entre 15 e 17 anos, o que representa 5,7% da população gaúcha.

O presidente da UGES disse ainda que em julho ou agosto será realizado um congresso para o qual serão convidados todos os candidatos à presidência. (O Estado de São Paulo, 6/6/89)

Aconteceu 503
14 a 21 de junho de 1989
CEDI Centro Ecumênico
de Documentação
e Informação
Rua Cosme Velho, 98 Fundos

Telefone: (021) 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ
Av. Higienópolis, 983
Telefone: (011) 825-5544
01236 - São Paulo - SP

Editor
Xico Teixeira
Reg. Prof. 1928/07/16

Editora assistente
Ligia Dutra
Reg. Prof. 3407/14/60

Secretaria
Eliane Lobato

Composição
Katia Simões
Paulo R. Garcia

Produção Gráfica
José Truda Jr.
Lúcia Carrera

Fotolitos e impressão
Tribuna da Imprensa

Conselho de Publicações
Carlos Alberto Ricardo
Carlos Cunha
Flávio Irala (coordenador)
Jether Pereira Ramalho
Luis Flávio Rainho
Maria Cecília Iorio
Maurício Waldman
Vera Maria Massagão Ribeiro

Xico Teixeira

Aconteceu é uma publicação semanal do CEDI. É uma resenha das notícias da semana extraída dos jornais de maior circulação no país e de colaborações espontâneas dos leitores e entidades diversas. Aconteceu conta também com a participação efetiva dos programas do CEDI: Povos Indígenas no Brasil, Movimento Campônios/Igreja, Educação e Escolarização Popular, Memória e Acompanhamento do Movimento Operário e Assessoria à Pastoral Protestante. As colaborações devem ser encaminhadas à redação: Rua Cosme Velho, 98/Fundos, CEP. 22241 - Rio de Janeiro.

Assinatura anual: NCz\$5,00

Assinatura de apoio: NCz\$10,00

Professores ganham só NCz\$ 1,70 na Bahia

Um cruzado novo e setenta centavos ou no máximo NCz\$2,70 por mês são os salários que Serrinha, a 173 quilômetros de Salvador (BA), paga às professoras não licenciadas que ensinam nas escolas da zona rural do município. As professoras formadas recebem NCz\$4,50 por mês. A denúncia foi feita dia 5 pela Associação dos Professores Licenciados da Bahia (APLB) - núcleo de Serrinha -, que vem preparando uma greve da categoria caso a Prefeitura não conceda nos próximos dias um

reajuste substancial. O percentual do reajuste a ser reivindicado não foi ainda estabelecido pelos professores.

O mesmo problema, segundo a APLB, atinge também os vigilantes municipais, que recebem NCz\$2,70 por mês, mas uma gratificação de NCz\$15,00, pagos através da agência local do Banco do Brasil. A situação, informa a associação dos professores, é comum a muitas cidades do interior do estado, mas em Serrinha "chega a ser ridículo o que a Prefeitu-

ra vem pagando como salário a seus professores". A professora Maria Eunice Mirando, que não é formada, recebe como professora formada (NCz\$4,50) porque é partidária do prefeito Paulino Santana (PL), como ela mesma explicou. É uma das que vêm liderando o movimento por reajuste. Ela cursa atualmente a 8ª série do 1º grau, toma conta de uma turma de 37 alunos na Escola São Jorge, na zona rural, e ganha mensalmente NCz\$8,00, porque recebe uma complementação. (JB, 6/6/89)

Em São Paulo, professores vão fazer piquetes

Pela nona vez, desde que entraram em greve há 49 dias, os professores da rede estadual repetiram dia 5 com os punhos cerrados um grito que os paulistas já se acostumaram a ouvir: "A greve continua, Quécia, a culpa é sua". Em defesa de um piso salarial de NCz\$558,23, correspondente a 20 aulas semanais, a concentração, realizada ao lado da Assembléia Legislativa, decidiu que os grevistas farão piquetes nas portas de escolas e delegacias de ensino para conseguir a adesão de 20 mil professores - dos 200 mil da rede pública - que ainda não pararam.

Segundo explicou João Felício, presidente da Associação dos

rão seus filiados para participar do Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), os piquetes serão pacíficos. A essa operação, que será organizada no limite das regiões das 190 delegacias de ensino do Estado, ele dá o nome de "arrastão".

A assembléia, que contou com pelo menos 15 mil professores (40 mil, segundo a Apeoesp), aprovou a realização de um grande ato público na praça da Sé, às 15 horas. Para esta manifestação, os representantes das cinco entidades dos funcionários da educação conseguiram o apoio de outros sindicatos e da CUT, que orienta-

ato público em defesa da escola pública.

O governador em exercício Almino Affonso prometeu a dez pais de alunos que irá propor ao governador Orestes Quécia uma solução para encerrar a greve do magistério. Essa revelação foi feita no Palácio dos Bandeirantes, durante audiência concedida ao grupo.

A reunião durou meia hora, mas não satisfez os pais de alunos, cujo principal objetivo era conseguir uma solução imediata para que sete milhões de estudantes voltassem às aulas, interrompidas há 49 dias pela greve. (O Estado de São Paulo, 7/6/89)

Fundação acusa Seplan de não cumprir Constituição

O professor Marco Antônio Veronese, assessor da Fundação Educar, do Ministério da Educação, denunciou a falta de NCz\$2,586 bilhões que deveriam ser destinados ao ensino básico e à alfabetização, como prevê a Constituição. "A Secretaria de Planejamento (Seplan) não cumpre a Constituição, sob a alegação de que as normas não vão pegar", disse.

Segundo Veronese, "como existe o entendimento de que as leis não pegam no Brasil", os dispositivos sobre educação, aprovados pela Constituinte, foram completamente ignorados pelo governo. O mais grave desconhecimento, segundo levantamentos feitos

pelo professor, é o do Artigo 60 das disposições transitórias. "Ele prevê que, nos dez primeiros anos da promulgação da nova Constituição, o poder público aplicaria pelo menos 50% dos recursos da arrecadação tributária destinados à educação (18%) em programas de eliminação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental", disse Veronese.

De acordo com os primeiros levantamentos, a arrecadação tributária em 1989 vai chegar a NCz\$33,915 bilhões. Portanto, a cota do setor de educação (18%) ficaria em torno de NCz\$6,105 bilhões. A metade, que durante dez anos deve ser aplicada em alfabetização e ensino básico, alcança

NCz\$3,052 bilhões. Se forem somadas todas as verbas orçamentárias do MEC para primeiro grau e pré-escolar (NCz\$202,310 bilhões), transferência a estados e municípios (NCz\$92,693 bilhões), Fundação Educar (NCz\$171,194 bilhões), o ensino fundamental e a alfabetização ficariam com NCz\$466,197 bilhões. Ou seja: faltam NCz\$2,586 bilhões, que não aparecerão em qualquer orçamento. O total de recursos que o Ministério da Educação está aplicando nesses dois programas educacionais é apenas um pouco maior do que os recursos destinados a "outros órgãos" para programas de educação. (JB, 7/6/89)

TV flagra tortura de preso em delegacia

Aguinaldo da Silva Maia, assaltante preso dia 8 pela manhã por policiais militares do Patrulhamento Tático Metropolitano (Patum) em Belém, foi violentamente espancado a golpes de cassetetes, chutes e socos diante da equipe de reportagem da TV RBA, afiliada da TV Manchete, nas dependências da delegacia Seccional Urbana (Rua Sacramento). As imagens, transmitidas para todo o país no telejornal 1ª Edição, as 20h30, chocaram centenas de pessoas que telefonaram à redação para manifestar revolta e indignação.

Os policiais concordaram com a filmagem. O preso, que fugira há uma semana, foi recapturado pela PM e levado à delegacia. Ao chegar, foi ameaçado por um investigador da Polícia Civil (forte, de barba, vestindo camisa vermelha), que o proibiu de chamar um advogado: "Que advogado o quê, rapaz". A seguir, Aguinaldo foi escoltado ao segundo andar por PMs e civis. As imagens seguintes mostraram um policial de camiseta azul, cassetete na mão, partindo para cima de Aguinaldo, golpeando-o na cabeça, rosto e corpo, enquanto os outros assistiam, ouvindo os gritos de dor.



Agnaldo: "É norma da casa"

Calmamente, um PM aproximou-se de Aguinaldo, já de cuecas, e mostrou a outro a linha da cintura do preso, como se des-

se instruções do melhor local a

Chute

Aguinaldo tentou se proteger num canto, mas logo o policial de azul ganhou um parceiro no espancamento. De camisa branca e colete, também armado de cassetete, o outro começou também a bater no preso, que levou um chute no rosto. Não satisfeitos, os policiais mandaram Aguinaldo tirar a roupa. "Tira as calças que você vai apanhar", avisou um deles.

atingir. Num segundo, a mão do PM desceu violentamente à altura do rim, e Aguinaldo curvou-se de dor. O espancamento continuou, de novo, com o homem de vermelho. E a última imagem: o corpo do preso todo marcado.

O secretário de Segurança Pública de Belém, Mário Malato, procurado pela equipe de reportagem, disse que "a punição será a demissão sumária" dos policiais. Dois deles, à tarde, conversavam tranquilamente dentro da Corregedoria de Polícia Civil, enquanto o corregedor, Euclides de Freitas Filho, dizia que iria apurar os fatos. (JB, 09/06/89)

ONU investiga mortes de advogados no Brasil

A Comissão Internacional de Juristas, da Organização das Nações Unidas (ONU), enviada ao Brasil para verificar a segurança no exercício da profissão de advogado e conhecer a fase em que se encontram os processos relacionados aos assassinatos de advogados, vai preparar um relatório recomendando que a entidade pressione o governo brasileiro a criar mecanismos abolindo a violação de direitos humanos no país. Os três juristas que integram a comissão assistiram pela televisão, em João Pessoa, às cenas de espancamento praticado por três policiais civis e quatro militares contra o assaltante Agnaldo Gaia, dia 8, e ficaram perplexos com a atitude policial. A comissão também condenou, em Belém, a morosidade da Justiça brasileira para concluir os processos e punir os criminosos, a cumplicidade da polícia com os mandantes dos crimes contra advogados, sindicalistas e parlamentares e toda forma de tortura nas

prisões e delegacias policiais do país.

Fazem parte da comissão o juiz do Supremo Tribunal da Espanha, Enrique Bacigapo, o advogado Oleguer Torra Miro, membro da Comissão International de Juristas Católicos e do Collegi D'Advogados de Barcelona, e o presidente da Associação de Juristas Americanos, Beinusz Smucker. Eles mantiveram dia 11 uma longa reunião com 21 advogados que atuam na defesa dos menos favorecidos, tanto no campo como na cidade, e reuniram provas documentais de que os direitos humanos no Pará são tratados com indiferença pela Justiça.

Smucker disse que a realidade do Pará não difere muito dos outros estados que visitaram - Bahia, Paraíba e Pernambuco -, mas observou que a violência aqui é mais intensa devido à luta pela posse da terra ser mais cruenta. Eles pretendiam uma audiência, quarta-feira, com o presidente José

Sarney, para externar o sentimento da Comunidade International de Juristas sobre os acontecimentos no Brasil. Mas Bacigapo informou que o Ministério das Relações Exteriores achou desnecessária a audiência, alegando que a questão dos direitos humanos no Brasil foi解决ada com a promulgação da nova Constituição. No entanto, a comissão constatou que as queixas contra a má distribuição da justiça e o funcionamento do Judiciário são generalizadas.

No dia 12, completou dois anos que o ex-deputado e advogado de posseiros, Paulo Fonteles, foi assassinado na saída de Belém, e os processos estão emperrados na Justiça. Os juristas disseram que estavam suficientemente informados sobre todas as questões e fizeram uma visita ao túmulo do ex-deputado, cuja morte foi lembrada num ato público na Assembléia Legislativa. (JB, 12/6/89)

Chefes de hospital se demitem em apoio a diretor exonerado

Oito dias depois de a Polícia Federal ter invadido o Hospital da Lagoa, no Rio, para garantir a posse do pediatra Paulo Gamboa na direção, 44 dos 55 chefes de serviços e setores do hospital demitiram-se em solidariedade ao diretor exonerado, Waldinez Lima de Oliveira. O documento que registra a demissão coletiva foi entregue dia 9 ao presidente do Inamps, José de Ribamar Serrão. Gamboa, que admite ter o apoio de apenas 707 dos 2.800 funcionários do hospital, não convindrá ninguém para as chefias até que esses médicos deixem oficialmente os cargos.

O novo diretor, Paulo Gamboa, jurou que não considera "expressiva" a lista de nomes que pediram demissão em repúdio à exoneração de Waldinez e à sua nomeação, embora 13 nomes constem da lista de chefes de serviços a serem mantidos que o diretor divulgou também dia 8. Gamboa afirmou que não irá substituir ninguém enquanto não houver um pedido de demissão oficial: "O pedido tem que

ser dirigido a mim por escrito", explicou.

Solidariedade

Os chefes demissionários participaram de uma assembléia no clube de estudos do hospital, da qual participaram os presidentes do Sindicato dos Médicos, Crescêncio Antunes, e do Cremerj (Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro), Laerte Vaz de Melo, e o diretor exonerado, Waldinez de Oliveira, que foi aplaudido de pé. Ao fim da assembléia, os chefes se dirigiram à seção de protocolo, onde entregaram uma cópia do pedido de demissão dirigido ao presidente do Inamps.

Segundo os chefes demissionários, são 55 os cargos de chefia, mas a nova direção afirma que os cargos são apenas 27 e que 16 de seus ocupantes já manifestaram solidariedade ao novo diretor. Gamboa mostrou também um livro de apoio que já conta com 707 assinaturas de funcionários. O Hospital da Lagoa tem 2.800 funcionários. (JB, 9/6/89)

Greve na De Millus tem mais adesões

Enquanto os representantes do Sindicato das Costureiras informam que a adesão à greve na De Millus, que entrava no oitavo dia, é cada vez maior, o dono da empresa, Nahum Manella, afirmava que 85% dos funcionários estavam trabalhando. Ele negou todas as denúncias contra a empresa, disse que não dá os 100% de aumento reivindicados porque não foi procurado pelos empregados e avisou às grevistas que "já podem ir começando a procurar emprego, pois aqui, não voltam mais". Onze cozinheiros que entraram em greve já foram demitidos.

Nahum disse que considera a greve "uma mobilização da CUT e da oposição do Sindicato das Costureiras, pois estas meninas não sabem o que estão fazendo, e não houve nenhuma tentativa de negociação antes de se deflagrar a greve, o que não está certo".

Explicou que a empresa não tem condições de fazer mensalmente testes de gravidez em 2500 funcionárias, como foi dito. "Para isso, teríamos que

ser um hospital", alegou. Quanto às revistas, Nahum afirmou não gostar delas, embora as considere necessárias. O diretor financeiro afirmou que não é verdade que sejam homens que realizem as revistas, "pois se fosse, elas não ficariam nem um dia". Ele explicou que as costureiras passam por uma roleta, que, a cada 20 pessoas, indica uma, aleatoriamente, para ser revistada. Segundo ele, a costureira é encaminhada para uma cabine, onde uma segurança ou funcionária da empresa a revista.

Sustentado por um império construído há 41 anos, Nahum Manella demonstra não se importar com o movimento que está acontecendo agora, pois considera que "a fábrica não seria o que é, até hoje, se eu fosse ladrão, como dizem". Ele rebate todas as críticas com o argumento de que não precisa mais dos lucros da fábrica para viver, pois possui uma situação financeira estabilizada. "Preciso, sim, me divertir", alega ele, com ironia. (O Dia, 9/6/89)

Servidores federais vão cruzar os braços

Cerca de 200 representantes de associações e sindicatos dos quase 300 mil servidores civis federais baseados no Rio, reunidos dia 8 na sede do Sindicato dos Bancários, decidiram acatar o indicativo do comando nacional da classe e organizar para segunda-feira, dia 12, a partir de zero hora, a deflagração da greve nacional dos servidores federais. Durante a plenária, os trabalhadores aprovaram também a organização de um ato público conjunto de protesto, que será realizado na Central do Brasil, marcando o movimento da classe.

Os servidores federais querem 67% de reposição salarial a partir de 1º de junho, mais a isonomia entre os funcionários dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O movimento contará com a participação de cerca de 800 mil trabalhadores da administração direta, indireta e autarquias, conforme a decisão do II Congresso Nacional da classe, realizado em maio, em Brasília. A greve paralisará, também, todos os serviços dos Ministérios e Delegacias Ministeriais em todos os Estados do País.

Dia 8, cerca de 500 servidores da Funarte, Pró-Memória e Fundacel - fundações ligadas ao Ministério da Cultura - realizaram assembléia em separado, no Teatro Dulcina. Eles também aprovaram a adesão à greve nacional e marcaram uma concentração para segunda-feira, dia 12, às 10 horas, no pátio do prédio do MEC, no Rio. (O Dia, 9/6/89)

Serventuários já têm data para paralisação

Os serventuários da Justiça do Estado do Rio, em assembléia realizada dia 8, às 18 horas, na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), decidiram marcar uma greve de 48 horas que será deflagrada a partir de terça-feira, dia 13, em advertência ao governo do Estado quanto às péssimas condições de trabalho nas instalações dos fóruns, entre outras melhorias, como a reposição imediata das perdas salariais e extensão das gratificações aos celetistas.

Cerca de 500 serventuários participaram da plenária do dia 8, aprovando o indicativo de greve. Segundo a presidente do sindicato da classe, Elisabete Gatto Luna, caso o Governo não apresente uma proposta a greve poderá se estender. (O Dia, 9/6/89)

Amazônia queima por falta de verbas

Falta verba para a compra de materiais e equipamentos básicos de combate aos incêndios florestais na Amazônia, na estação da seca começa agora, em junho e se estende até dezembro. Criado há nove meses para prevenir a queima de matas, o Sistema Nacional de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais já elaborou um levantamento completo das áreas de alto risco de incêndio do país, mas não tem picaretas, abafadores ou extintores. O projeto de lei 2116, do Programa Nossa Natureza, que prevê a liberação de NCz\$ 8 milhões em caráter emergencial para a prevenção de incêndios, aguarda ainda sua votação pelo Congresso Nacional.

Quando no dia 16 de setembro do ano passado o então presidente do extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), Antônio José Guimarães, inaugurou solene-

mente o sistema, fez uma advertência: "Essa comissão será responsável se o país pegar fogo no próximo ano". Nove meses depois, segundo Marco Antônio Castelo Branco, chefe do gabinete da presidência do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), não há qualquer perspectiva de solução para o problema. Estamos literalmente de mãos atadas", reclama Castelo Branco, que não dispõe de barracas, manutenção de torres de observação, aluguel de helicópteros e aviões e gastos com combustíveis. Diante de um cronograma de combate a incêndios que deveria ter iniciado em 16 de abril, ele acredita que o atraso "compromete seriamente a política de combate a incêndios. Além disso, segundo ele, "só Deus sabe, quando os recursos - uma vez aprovados - serão liberados".

De acordo com o cronograma do

instituto, nove parques nacionais e duas florestas nacionais são consideradas áreas de alto risco de incêndio entre as 50 existentes no país. São eles: os parques de Caparaó (MG), Canastra (MG), Chapada dos Veadeiros (GO), Emas (GO), Araguaiá (GO), Monte Pascoal (BA), Iguaçu (PR), Chapada dos Guimarães (MT), Itatiaia (RJ), além das florestas nacionais de Araripe (CE) e Jamari (RO) - que juntas somam 300 mil hectares. "Não precisamos de nenhum luxo, apenas materiais básicos de combate a incêndio", explica Castelo Branco. Enquanto aguarda a liberação da verba pelo Congresso, o IBAMA prepara-se para distribuir a partir do dia 7.500 mil impressos e 10 milhões de cadernos - em convênio com a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) - para a educação ambiental da população escolar. (JB, 06/06/89)

Restrições não diminuem venda de madeira

As exportações de madeiras nobres da Amazônia devem aumentar 15% este ano, segundo estimativas da Associação das Indústrias de Exportação de Madeiras do Pará e Amapá (Aimex). Isso significa que as restrições às importações de madeiras tropicais da Amazônia, anunciadas pelo governo da Alemanha Ocidental e pela Inglaterra, não terão efeitos práticos na preservação da Floresta Amazônica.

Há 120 empresas exportadoras de madeira no Pará, cadastradas na Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex), e a maioria se abastece em 3 mil serrarias espalhadas por

todo o estado, muitas das quais não têm sequer registro nos órgãos oficiais, pois operaram clandestinamente. Essa indústria alega empregar mais de 300 mil pessoas, o que equivale ao total de garimpeiros em atividade no Pará.

O controle da Cacex e da Secretaria da Fazenda do Pará não acompanha a velocidade das exportações e do comércio interno assim como a fiscalização não é desejada. De janeiro a novembro do ano passado exportadores paraenses comercializaram 490.598 metros cúbicos de madeiras nobres, faturando US\$ 123,11 milhões. A estimativa é que, com as exportações

de dezembro, ainda não computadas, o faturamento suba para US\$ 150 milhões, cifra que coloca o setor em terceiro lugar na pauta de exportações do estado, atrás somente da hematita (minério de ferro, responsável por 29,9% do total exportado) e do alumínio (8,9% da pauta).

O fato de o Pará ser o maior exportador de madeiras tropicais do mundo não ajuda muito o Brasil a melhorar sua posição no ranking mundial dos exportadores de madeiras. Hoje, o país contribui apenas com 2% da produção mundial, segundo a Associação Brasileira de Produtores de Madeira. (JB, 07/06/89)

Educação ambiental chegará às escolas

Em meio às comemorações da Semana do Meio Ambiente no Rio de Janeiro, as secretarias de Educação e de Urbanismo e Meio Ambiente lançaram um projeto para aplicar a educação ambiental no ensino de matérias como Geografia, História, Português e Ciências.

O primeiro passo para a execução deste projeto pode ser visto no andar térreo do Centro Administrativo (Cidade Nova), onde estão expostos 14 cartazes didáticos sobre o tema do meio ambiente. O conjunto de carta-

zes será utilizado em 24 escolas municipais para desenvolver nos estudantes noções práticas de educação ambiental. A concepção gráfica foi intencionalmente abstrata, de modo a permitir aos alunos o uso da imaginação e da criatividade. "Nada de arvorezinhas", diz a escritora Raquel Jardim, coordenadora de planejamento e educação ambiental da Secretaria de Urbanismo.

Raquel Jardim diz que levantar a questão do meio ambiente em diferentes disciplinas "foi a única maneira de

resolver esse problema de falta de educação ambiental no currículo de primeiro grau". Ela conta que a sua equipe se reuniu durante três meses, tentando imaginar uma maneira de levar o assunto à sala de aula. "Descobrimos que em cada matéria o professor pode falar e induzir a criança ao tema do meio ambiente", afirma. Em Português, exemplifica, meio ambiente pode ser tema de redação. Em História, a educação ambiental pode surgir através das mudanças ambientais ocorridas ao longo dos séculos. (JB, 07/06/89)

Queimada começa de novo na Amazônia

Vai começar de novo. De junho até janeiro, alastrando-se de sul para norte, as chamas vão crepituar na Amazônia. Começa a estação da seca. Agricultores e fazendeiros incendiariam a floresta, o cerrado e as áreas já queimadas para preparar e abrir novas roças e pastagens. De junho a agosto, o fogo vai grassar em Rondônia, Acre e Mato Grosso. Em setembro, será a vez do Pará e do Maranhão, à altura da Transamazônica. Em outubro, o Amazonas. Em janeiro e fevereiro, Roraima.

Os brasileiros vêm fazendo isso desde o século 17. É a forma mais barata de expansão da fronteira econômica e, também, a mais relapsa. Para muita gente da Amazônia, simplesmente não há alternativa. Para melhorar sua imagem externa, o governo repassou, dia 9, NCz\$8 milhões para o Ministério do Interior consolidar um plano emergencial de combate a queimadas na Amazônia. O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis captou mais NCz\$10 milhões com o Banco Mundial para o mesmo plano. É a primeira vez que recursos dessa ordem são investidos em proteção contra queimadas na Amazônia.

Imagem

A questão política crucial é a sua extensão. Pressente-se uma onda de reprovação sobre o país se elas se generalizarem. Intelectuais do mundo inteiro farão abajos-assinados. Crianças mandarão quilos de cartas de protesto ao presidente Sarney. Índios serão convidados a congressos internacio-



Um vasto patrimônio será convertido em cinzas antes mesmo de ser conhecido

nais. Brasileiros no exterior terão de dar explicações.

No ano passado, o controverso Instituto de Pesquisas Espaciais chocou o mundo ao anunciar que 200 mil quilômetros quadrados de florestas, dos quais 80 mil quilômetros quadrados de florestas primárias recém-derrubadas, foram queimados, em 1987, na Amazônia Legal. Philip Fearnside, da Divisão de Ecologia do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, cuja meticulosidade sustenta a reputação de credibilidade mais sólida no controvertido campo do holocausto amazônico, refutou esses números. Segundo Fearnside, a área de florestas virgens atingidas pelas queimadas em

1987 foi de 35 mil quilômetros quadrados. Com base nesta diferença, o pesquisador considerou "superestimado" o cálculo dos 200 mil quilômetros quadrados.

Os dados de Fearnside para o desmatamento na Amazônia exprimem dimensões, em geral, bem mais graves do que os do Inpe, assumidos pelo Programa Nossa Natureza. A diferença é atribuída ao tipo de satélite usado na monitoração. O balanço das queimadas de 1988, que deverá ser divulgado pelo Inpe, na próxima semana, alimentará a controvérsia. É impossível prever quantos milhares de quilômetros quadrados de florestas queimadas serão adicionados à conta este ano. Mas pode-se prever onde os incêndios vão acontecer. Basta acompanhar as frentes de expansão.

Em toda a Amazônia - que já perdeu 8% das florestas, segundo Fearnside, e 5,1% segundo o Inpe e o presidente Sarney -, um vasto patrimônio biológico será convertido em cinzas antes mesmo de ser conhecido. Os índios que inventaram a agricultura de *coivara*, em pequenas clareiras abertas pelo fogo, jamais imaginariam que essa técnica rudimentar virasse domínio público. (JB, II/6/89)

Desmatamento na Amazônia Legal (1987)
segundo duas fontes

Estados	Inpe/Nossa Natureza	Philip Fearnside
Mato Grosso	67.217 km ² — 8,4%	151.766 km ² — 17,2%
Rondônia	30.046 km ² — 12,6%	41.421 km ² — 17,1%
Acre	5.510 km ² — 3,6%	8.364 km ² — 5,7%
Pará	88.741 km ² — 7,1%	148.111 km ² — 12,1%
Maranhão	23.771 km ² — 9,1%	24.019 km ² — 9,3%
Tocantins	20.279 km ² — 7,5%	16.769 km ² — 5,9%
Amazonas	12.019 km ² — 0,8%	5.150 km ² — 0,3%
Amapá	231 km ² — 0,3%	247 km ² — 0,2%
Roraima	2.187 km ² — 1,0%	3.565 km ² — 1,6%
Total	251.430 km ² — 5,1%	399.765 km ² — 8,0%

Amigo leitor, a partir deste número você já tem como saber se a sua assinatura está vencida ou se você está em dia com a nossa publicação. É só verificar na etiqueta que tem o seu nome e endereço e conferir a data de vencimento que vem marcada no canto inferior direito da etiqueta. Gostaríamos de lembrar que a assinatura anual é de apenas NCz\$ 5,00 (e a assinatura de apoio NCz\$ 10,00). Portanto, companheiro, contribua com a nossa publicação e renove sua assinatura (se estiver vencida) ou ofereça uma assinatura nova para seus amigos e parentes. DIVULGUE O ACONTECEU.

Lei da selva

O governador do Amazonas, Amazonino Mendes, resolveu desafiar todas as campanhas mundiais contra o desmatamento da Amazônia e, a partir da semana que vem, começa a distribuir 2.000 motosserras para as comunidades da região.

Ele acha que o sertanejo está escravizado pelo machado. (Informe JB, 9/6/89)

Suicídio

Do ex-governador de Pernambuco, Roberto Magalhães, contrariado com o adiamento da convenção do PTB, seu partido, o que inviabiliza um acordo eleitoral com o PDT:

- O PTB cometeu um grave erro histórico. Perdeu a última chance de unificar o trabalhismo e se firmar como partido trabalhista e não conservador. Não haverá outra chance para ele. O partido praticou o *haraquiri*.

Como não está a fim de morrer junto, Magalhães prepara-se para abandonar o PTB e brizolar de vez. (Informe JB, 9/6/89)

Pragmático

O delegado *Sivuca*, a quem se atribui ter sido um dos mentores do Esquadrão da Morte, é um pluralista em matéria de política.

Na greve da Polícia do Rio aceitou de bom grado o apoio da Convergência Socialista, uma ala radical do PT.

Agora está com o governador Fernando Collor de Mello e não abre. (Informe JB, 9/6/89)

Na trilha

Osmarino Amâncio Rodrigues, uma espécie de sucessor de Chico Mendes como líder sindical do Acre, está de malas prontas.

Semana que vem ele estará em Nova Iorque, a convite da Rainforest Alliance, indo em seguida para Washington, onde tem encontro marcado com entidades não-governamentais de defesa do meio ambiente e de direitos humanos e com técnicos do Departamento de Estado.

Este roteiro já tinha sido cumprido por Chico Mendes. (Informe JB, 9/6/89)

Monopólio

Roda em São Paulo o seguinte adesivo: "Não roube. O governo detesta concorrência". (Canal 3, OESP, 7/6/89)

Cara a cara - 1

Arraes esteve dia 7 por três horas com Ulysses. Saiu falando cobras e lagartos do PMDB, embora esforçando-se para poupar o candidato do partido. (Painel FSP, 8/6/89)

Cara a cara - 2

Quando lhe perguntaram se o encontro havia melhorado ou piorado seu relacionamento com Ulysses, o governador suplicou:

"Por favor, não me intriguem com o Ulysses. Manerem a minha barra". (Painel FSP, 8/6/89)

Cara a cara - 3

No momento em que suas críticas ao PMDB começaram a ficar mais fortes ("se o partido não concordar com minhas posições, que me bote para fora"), um assessor puxou-lhe o braço:

"Governador, está na hora de irmos embora". (Painel FSP, 8/6/89)

Para o cadafalso

Marco Maciel voltou dia 7 a Brasília e tratou de conversar com os "dissidentes" do PFL que estão de namoro com Collor e Brizola. No final do dia ele transmitia a nova tendência do grupo que lidera:

"Perder com o Aureliano". (Painel FSP, 8/6/89)

Fosso

A proposta do governo ao arquiteto Oscar Niemeyer de construir um fosso em torno do Palácio do Planalto foi redundante.

Sempre se soube que havia um fosso entre o Palácio e o Brasil. (Informe JB, 7/6/89)

Não repercutiu

A prisão dos generais de pijama Euclides Figueiredo e Newton Cruz foi recebida com naturalidade nos quartéis. (Informe JB, 7/6/89)

Má ação

Após o naufrágio do *Bateau Mouche* virou moda botar a culpa nos mortos.

No caso do barco seus proprietários tentaram, como se sabe, transferir a responsabilidade para o mestre-arrais, que não pôde se defender porque morreu no naufrágio.

Agora é o empresário paulista Luís Eulálio Bueno Vidigal que jogou a responsabilidade da desastrada

operação da venda de ações à Cobrasma, em 1986, para o então ministro Dílson Funaro - recentemente falecido. (Informe JB, 7/6/89)

Que país é este?

Apesar de toda a crise que se abateu sobre a Previdência Social, o ministro Jáder Barbalho resolveu arrumar as malas e viajar para Nova Iorque e Paris, num roteiro que deve durar duas semanas. (Informe JB, 03/06/89)

Se liga, 16

Dos cerca de 400 mil jovens do Rio de Janeiro entre 16 e 18 anos que poderão votar este ano, até agora somente 65 mil se cadastraram.

O registro de mulheres foi 20% maior que o dos homens. (Informe JB, 7/6/89)

Lobby

George Bush está telefonando aos presidentes da América Latina pedindo apoio para a posição dos EUA na questão do Panamá. (Painel FSP, 7/6/89)

Chumbo trocado

Quinta-feira Bush conversou 25 minutos com Sarney, que aproveitou para falar das recentes ameaças de retaliações comerciais americanas contra o Brasil. (Painel FSP, 7/6/89)

Apoio

O deputado estadual Afanasio Jazadji (SP) mandou um telex ao general Newton Cruz, preso em Brasília, solidarizando-se com o "companheiro pedessista". (Painel FSP, 7/6/89)

Veneno

Do deputado estadual Valdemar Corauchi (PFL-SP): "O 'pobrema' é que Aureliano não 'multiplica' os votos do PFL". (Painel FSP, 7/6/89)

China

A Seção Brasileira da Anistia Internacional enviou telegrama ao embaixador chinês em Brasília protestando contra o massacre em Pequim. (Painel FSP, 7/6/89)

Titanic

Estado de espírito na área econômica do governo: o rombo no casco é irreversível. O remédio é navegar com cuidado até se chegar ao cais de novembro, evitando o naufrágio. (Painel FSP, 7/6/89)

O vice

O candidato do PDS à presidência da República, Paulo Maluf, disse em Belo Horizonte que o vice dele

tem que ser alguém com competência para substituí-lo, se for necessário.

Maluf prometeu não fazer como Tancredo Neves, que "pensou que era eterno e não se preocupou com a escolha do vice". (Informe JB, 7/6/89)

Verde-oliva

O deputado federal Fábio Feldman (PSDB) quer a demissão imediata do ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, sob o argumento de que "ele compromete a imagem do país".

Defensor das causas verdes, Feldman ficou de cabelos em pé ao saber que o ministro está planejando fazer do Pantanal Mato-Grossense, em outubro próximo, palco para manobras militares.

A região é considerada pela nova Constituição como patrimônio nacional. (Informe JB, 7/6/89)

A última

O ex-prefeito Jânio Quadros está perdidamente apaixonado pela candidatura de Ulysses Guimarães.

Parece uma paixão eterna - enquanto dura. (Informe JB, 7/6/89)

ABBR

Cerca de 330 crianças excepcionais tiveram seu tratamento de fisioterapia reduzido para menos de duas horas por mês na ABBR, que alega defasagem entre o custo e o convênio com a LBA. Mesmo com a promessa de pagamento, nos próximos dias, a ABBR continua irredutível. (Informe JB, 7/6/89)

Curso de Verão

Em 1990, o CESEP fará realizar a 3ª etapa do Curso de Verão, destinado à formação de dirigentes de comunidades e agentes de pastoral.

Devido ao grande número de inscrições, que ultrapassou o dobro das vagas disponíveis, esta terceira etapa, será realizada em dois locais e em datas diferentes. Além de São Paulo, onde foram realizadas as duas etapas anteriores, o Curso de Verão será realizado na cidade de Goiânia, a fim de atender aos inscritos de locais distantes de São Paulo.

As datas do próximo Curso de Verão são as seguintes: em Goiânia, de 08 a 20 de janeiro de 1990 e em São Paulo de 29 de janeiro a 10 de fevereiro de 1990. O programa do Curso e os assessores serão os mesmos nas duas cidades.

Eleitor ilustre

Segunda-feira, à noite, no Restaurante Le Bec Fin, em Copacabana, o candidato a candidato a vice-presidente do PDT, Fernando Lyra, recebeu de presente uma declaração de voto ilustre: a do compositor Caetano Veloso, que se disse eleitor de Brizola. (JB - 14/06/89)

Baré denuncia Exército por confinamento de tribos e matança de índios

O presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, o índio Orlando Melgueiro Baré, denunciou dia 7 que "o Projeto Calha Norte está confinando os 30 mil índios de quase 100 tribos existentes na região amazônica em pequenos campos de concentração vigiados por militares que tomaram conta da área ao longo da fronteira entre a Amazônia, Colômbia e Venezuela".

"As tribos estão sendo misturadas e criando conflitos entre os próprios índios que estão proibidos de deixar esses locais, até mesmo para visitar parentes em outra área", ressaltou Orlando Baré. Ele denunciou, também, que os jovens estão sendo recrutados pelos militares que ocuparam a área para prestar serviço militar durante um ou dois anos, sem que falem qualquer palavra em português. "O que estão fazendo com os índios da região é um genocídio, um etnocídio", desabafou Baré.

Aculturação

Orlando Baré veio ao Rio Grande do Sul a convite da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM) para dar uma palestra sobre a Amazônia e o Projeto Calha Norte. Revelou que índios estavam espalhados em tri-

bos por mais de 600 mil hectares, mas com a implantação em 1986 do Projeto Calha Norte, "não têm mais liberdade de ir e vir, já que não possuem as fronteiras impostas agora pelo homem branco".

Orlando Baré contou que, desde que o projeto foi implantado, houve vários conflitos entre índios e soldados do Exército nas áreas de São Gabriel da Cachoeira, Auiá, São Joaquim, Serra dos Porcos e Pari Cachoeira, e que já morreram mais de 10 indígenas. Baré disse que existem hoje "mais de três mil soldados do Exército vigiando toda a região e, com isso, trazendo doenças como tuberculose, difteria, sarampo e gripe, que já mataram muitos velhos e crianças".

Culpando a Funai pela aculturação e destruição da organização dos índios em todo o Brasil, Baré afirmou: "A Funai quer embranquecer o índio, prejudicando sua cultura e destruindo os últimos remanescentes ainda existentes no país em favor de empresas estrangeiras e nacionais que pretendem dominar a Amazônia para explorar o minério e a madeira da região". Essa aculturação, segundo Baré, favorece as empresas de mineração, "principalmente a Paranapanema e a Taboca que, com isso, obtêm mão-de-obra barata". (JB, 08/06/89)

Índios do sul querem reaver territórios

As lideranças das comunidades indígenas que vivem em sete reservas no Rio Grande do Sul estão dispostas a reivindicar legalmente a devolução de cerca de 50 mil hectares de territórios demarcados, que foram tomados nos últimos 70 anos por projetos de reforma agrária, parques florestais e vilarejos. A alegação é que, em meados deste século, as terras indígenas somaram 100 mil hectares em 12 reservas.

Com base na Constituição Federal, que assegura o direito à demarcação de terras, os líderes dos índios kai-kangues, com o apoio da Anai, ingressaram com ação junto à União, tentando reaver 250 hectares em Iraí, a 479

km de Porto Alegre, na área onde ficaram nascentes de fontes hidrominerais e o aeroporto local. A Prefeitura de Iraí está tentando negociar com os índios a permuta da área por outra gleba, segundo informou o secretário de Administração, Adelino Miron.

De acordo com a Anai, os índios possuem documentação oficial sobre a área de cinco reservas que foram extintas pelo governo federal em 1962, quando os moradores da tribo Kai-kangues foram espalhados pelas sete reservas restantes. Estas, por sua vez, sofreram modificações em suas áreas, abrigando uma população de 10 mil índios. (JB, 12/6/89)

Sting viaja ao Xingu para mostrar a caciques resultados de sua viagem



O cantor inglês Sting e o cacique txucarramãe Raoni, embarcaram dia 8 para o Parque Nacional do Xingu, no norte do Mato Grosso. O roqueiro ficou no Xingu até dia 10 para apresentar aos caciques mais antigos os resultados de sua viagem com Raoni à Europa e Estados Unidos.

Segundo Jean Pierre, amigo de Sting que o acompanha na viagem ao Brasil, o cantor disse aos caciques que os recursos arrecadados na viagem serão aplicados em todas as aldeias do Xingu. Raoni alertou o roqueiro sobre a necessidade de auxílio aos Yanomamis, cujas terras são invadidas por garimpeiros. "Se sobrar dinheiro, vamos ajudar os Yanomamis", afirmou Jean Pierre, que não quis revelar o total de recursos arrecadados.

Nossa Natureza

Terminou dia 8 o prazo para que o plenário da Câmara dos Deputados apreciasse os cinco projetos de lei do programa Nossa Natureza, mas não houve votação. O acordo entre o governo federal, que apresentou o programa, e a Comissão de Meio Ambiente esbarrou na oposição da Comissão de Agricultura da Câmara. A votação foi adiada para a próxima semana.

Para fortalecer seu acordo com o governo em torno das propostas alternativas ao Nossa Natureza, o vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente, deputado Fábio Feldman (PSDB-SP), aceitou o que havia se tornado ponto de honra do governo: a criação de uma comissão de meio ambiente, formada por 13 ministros, para assessorar o presidente. (Folha de São Paulo, 09/06/89)

7º Encontro das CEBs já movimenta comunidades

“O 7º encontro já está acontecendo”. É este o clima passado pelos organizadores do 7º Encontro Intereclesial de CEBs, que entre os dias 10 e 14 de julho vai reunir no município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, mais de duas mil pessoas. Desde 1986, após o 6º encontro em Trindade (GO), as comunidades eclesiás de todo o país se preparam para o encontro de Caxias que terá a América Latina como tema central.

O espírito da reunião em Caxias será de partilha e de celebração da fé, da esperança e das lutas do povo que busca, guiado pelo evangelho, pão, dignidade e libertação. Participarão do encontro delegados indicados pelas comunidades de todo o país, além de representantes de vários países da América Latina, dezenas de índios e grupos evangélicos (mais de cem) que darão o caráter ecumênico do encontro.

Na pauta dos debates estão incluídos três grandes temas: América Latina, Igreja e Libertação, e Eclesialidade. No primeiro dia, serão abordados os diferentes aspectos do “nossa sofrido rosto latino-americano”. As discussões estarão em torno de questões como a dívida externa, terra, regimes e trabalho, além do massacre das culturas latinas. O debate terá ainda a apresentação dos sinais de resistência, esperança e libertação e uma reflexão sobre os desafios para a evangelização.

Sobre Igreja e Libertação serão abordados aspectos quanto à militância política e aprofundamento da fé, a formação dos cristãos para a participação política, a mística, a espiritualidade e a valorização da militância política. Serão partilhadas também as experiências de cada comunidade e a contribuição e a participação dos cristãos na construção e fortalecimento

das organizações populares, e na elaboração de novos projetos políticos na América Latina.

A Palavra de Deus como fundamento das comunidades será abordada no item eclesialidade. Serão debatidos os aspectos relativos aos serviços e ministérios, religiosidade popular, ecumenismo, quebra de discriminações e discutidos os desafios atuais para as comunidades.

À noite serão realizados eventos culturais relativos aos temas do encontro e está previsto também um ato público que vai mostrar o quanto é ampla e grave a questão da terra. Este ato, “um grito pela terra”, deverá mobilizar todos os participantes durante a celebração final do encontro. É esperado para o encontro uma participação de bispos de todo o país, o que reforça a eclesialidade e confirma esse novo jeito de ser igreja, que são as CEBs.

Padres casados defendem o celibato opcional

A denúncia de violações dos direitos humanos, dentro e fora da Igreja, a luta em favor do celibato opcional e a defesa da liberdade de expressão e da democratização das decisões civis e eclesiásticas são algumas das novas prioridades da Associação Rumos. A entidade reúne padres casados, ex-religiosos e ex-seminaristas. O seu Conselho Consultivo definiu que a sua atuação não será mais baseada na volta dos ex-padres ao ministério eclesiás-

tico tradicional nem apenas no apoio mútuo entre eles, passando a priorizar os direitos humanos.

Segundo a associação, os padres casados no Brasil são cerca de três mil. Outras estatísticas oficiais da Igreja citam a existência de pelo menos oito mil padres nesta situação no país. Os padres na ativa são 13.764 no Brasil, segundo dados da CNBB. A Rumos calcula que haja pelo menos 300 ex-

padres voluntariamente “desaparecidos”, que preferem viver no anonimato, depois de terem deixado o celibato.

O papa João Paulo II vem adotando uma política de endurecimento diante dos pedidos de dispensa da condição sacerdotal. Sua orientação nos últimos dez anos tem sido a de liberar apenas os padres com mais de 40 anos, exigindo ainda que comprovem que foram ordenados sob “pressão psicológica”. (FSP, 5/6/89)

D. Paulo: “direita não pode ser minimizada”

A atuação da extrema-direita no Brasil, hoje, “não pode ser minimizada porque esses extremistas não costumam perder, nem gostam de perder”. É o que disse dia 4 o cardeal arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns. O cardeal Arns analisou a situação nacional, pouco antes de dar posse ao primeiro bispo da nova diocese de Campo Limpo, d. Emílio Pignoli, durante missa no ginásio de esportes de Taboão da Serra, município da Grande São Paulo.

Para d. Paulo, os atentados a bomba (como o de Volta Redonda, há um mês) “representam apenas o início da escalada dos grupos radicais, e “cada brasileiro deve ser hoje, antes de tudo, um defensor da democracia”.

Acrescentou que a explosão social da Argentina “pode também ocorrer no Brasil”, mas que “é preciso evitar que isto aconteça, seja por causa do desespero da população, seja pela ação dos extremistas”.

D. Paulo disse que há “um perigo de contágio” no Brasil por parte da crise argentina. Destacou, porém, que “as diferenças entre os dois processos são muito grandes”. Para o cardeal, na Argentina “os militares destruíram a economia, enquanto no Brasil alguns setores industriais, como o da informática, desenvolveram-se durante a ditadura”.

O cardeal Arns afirmou, depois, que “os bispos devem cumprir seu papel

torno das eleições, da democracia e da participação popular”. Neste sentido, defendeu “a necessidade de um novo espírito em todas as instâncias do governo”. Disse também que o Congresso Nacional “deve ser responsável”. E que deve aprovar logo as leis complementares à nova Constituição “sobretudo aquelas que afetam a essência da organização do país”.

D. Paulo criticou, também, a afirmação do presidenciável do PRN, Fernando Collor de Mello, de que a Igreja deve preocupar-se apenas com a religião e não com a política. “Quem manda na Igreja é o Papa, com os bispos e esta opinião de Collor é tão vazia quanto todas as suas demais declarações”, disse o cardeal. (FSP, 5/6/89)

China quer prender opositor protegido pelos EUA

O governo da China emitiu dia 11 um mandado de prisão contra o físico e dissidente político Fang Lizhi, 53, e sua mulher Li Shuxian, que estão refugiados há uma semana na embaixada dos Estados Unidos em Pequim, capital do país. Em Washington, o Departamento de Estado divulgou uma nota dizendo que não entrega dissidentes "que correm risco de vida".

A agência oficial de notícias "Sinju" afirmou que Fang e Li são acusados de "instigar e executar crimes de propaganda contra-revolucionária" durante as semanas nas quais se desenvolveu um amplo movimento por democracia em todo o país. O casal de dissidentes refugiou-se na embaixada americana dois dias depois que as manifestações em Pequim foram violentamente interrompidas pelo Exército com a invasão armada da praça Tian An Men (Paz Celestial), deixando milhares de mortos.

O Ministro das Relações Exteriores da China protestou na última se-



Na imagem exibida pela TV chinesa, a prisão do estudante suspeito de participar das manifestações

mana contra a decisão dos EUA de dar refúgio ao casal. O episódio gerou uma dura troca de acusações entre os dois países.

Não é a primeira vez que Fang, o mais conhecido dissidente chinês, é pivô de um desentendimento entre China e EUA. Na visita de George Bush à China, em fevereiro, a polícia impediu a ida de Fang a um jantar entre personalidades do país e o presidente dos

EUA, apesar de o físico ter sido convidado oficialmente pelo governo norte-americano.

As autoridades chinesas anunciam dia 11 mais detenções de dirigentes estudantis e operários de oposição. A agência de notícias "Associated Press" afirmou que o número de presos desde sexta-feira deve ultrapassar 700 pessoas. (Folha de São Paulo, 12/6/89)

Praça da Paz Celestial é reaberta em Pequim

A praça Tian An Men (Paz Celestial) em Pequim foi parcialmente reaberta ao tráfego dia 11, depois de uma semana de repressão do Exército chinês às manifestações pró-democracia. Na maior cidade da China, Xangai, a situação está voltando à normalidade.

Em Pequim, os tanques deixaram a praça da Paz Celestial. Os caminhões e tanques queimados foram concentrados a algumas centenas de metros da praça, onde esperam sua retirada definitiva. Os varredores de rua tira-

vam o lixo acumulado durante a ocupação da praça pelos estudantes durante três semanas. Nas ruas, os semáforos e muros avariados durante o confronto foram reparados. A linha de metrô foi reaberta, depois de ter ficado fechada durante os conflitos.

Caminhões militares com a inscrição "enviamos cereais ao povo" percorriam as ruas de Pequim. Comboios militares distribuíram os comunicados oficiais emitidos pelo governo de que a situação voltou à normalidade. Eles

convocavam a população a denunciar, através de números especiais de telefone, as pessoas que participaram dos protestos.

Em Xangai, a Universidade de Fudan foi procurada como refúgio contra a investida do governo chinês contra seus opositores. Segundo os estudantes de Xangai, sua união independente continuava mobilizada, apesar da repressão do governo. (Folha de São Paulo, 12/6/89)

Voto direto fecha usina nuclear na Califórnia

A usina nuclear de Sacramento, capital da Califórnia (costa oeste dos EUA), é a primeira central atômica dos Estados Unidos que começa a ser desativada por decisão popular. No dia 6, terça-feira, 53,4% dos eleitores de Sacramento decidiram pelo fechamento da usina nuclear Rancho Seco, de propriedade municipal. A usina, em operação há 15 anos, fornece energia elétrica para 1,5 milhão de moradores da região.

Segundo a direção da usina Rancho Seco, o processo de demissão dos 1.485 empregados da usina será decidido até o final da semana. Desde

quarta-feira, a usina interrompeu a produção de eletricidade e o reator começou a ser esfriado dia 8. Os técnicos estão estudando as duas opções de desativar a usina: remover o combustível de urânio dos reatores e deixar a usina intacta ou desmontar todos os equipamentos. Em ambos os casos, o processo de desativação levará anos para ser executado.

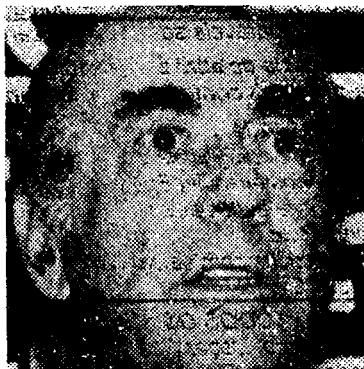
A direção de Rancho Seco vai manter equipes de vigias e técnicos no local para serviços de conservação. O combustível de urânio será estocado na usina pelo menos por 25 anos até que possa ser removido com segurança pa-

ra depósito de lixo radiativo. Com a desativação, a temperatura da água onde está imerso o reator foi esfriada de 307 graus para 38 graus.

Nos EUA existem cerca de cem centrais atômicas, que produzem 17,6% da energia consumida no país. Desde 1974, por pressão dos ecologistas, o governo não autoriza funcionamento de novas unidades. A desativação da usina deverá custar ao município cerca de US\$ 300 milhões (NCz\$ 3600 milhões). A votação para decidir o destino da usina foi a 15^a do gênero no país e a primeira a aprovar o fechamento. (Folha de São Paulo, 09/06/89)

Brizola diz que Collor é nazifascista

O ex-governador Leonel Brizola chamou o candidato do PRN à Presidência da República, Fernando Collor de Mello, de nazifascista. O presidenciável do PDT baseou sua acusação numa coleção de notas publicadas na seção "Registros", do Jornal Gazeta de Alagoas, de propriedade da família Collor de Mello. Brizola teve acesso à coleção horas antes de participar do programa "Debate em



Brizola compara Collor a Hitler

Manchete", da Rede Manchete de Televisão, na noite dia 5. Segundo o advogado Paulo Goldrajch que, juntamente com a radialista Cidinha Campos, passou a coleção a Brizola, as notas são racistas, discriminatórias e contrariam os princípios da democracia. A seção "Registros" não traz assinatura de nenhum jornalista, o que leva os petistas a atribuírem sua autoria à direção do jornal. (Tribuna da Imprensa, 07/06/89)

Bancada de Collor votou nos cinco anos e maioria já foi do "Centrão"

Orgulhosos, os assessores de Fernando Collor de Mello vangloriam-se de estarem com o pé na porta, para conter apoios indesejáveis ao candidato que desponta como o primeiro na preferência popular. O deputado Renan Calheiros (PRN-AL) estabeleceu pré-requisitos que, segundo ele, precisam ser obedecidos por quem quiser aderir: ser anti-Sarney, progressista, não ter integrado o Centrão na Constituinte e ter uma

conduta condizente com o discurso moralizador de Collor.

No entanto, um exame apenas superficial da biografia de cada um dos parlamentares que já aderiram, filiando-se ou não ao PRN, demonstra que a lei de Renan não vale para todos. Dos 22 congressistas que dão apoio a Collor - o equivalente à sétima bancada no Congresso e a 5.916.615 de votos - dez votaram a favor do mandato de cinco

anos na Constituinte, nove integraram o Centrão e sete empregaram parentes no Congresso. Quatro votaram em Paulo Maluf no Colégio Eleitoral, como Collor, e seis deram voto a Sarney que compunha chapa com Tancredo Neves. No grupo há três deputados - Eurico Ribeiro (MA), Jaime Campos (RJ) e Aristides Cunha (SP) - que eram suplentes e assumiram o mandato após a Constituinte. (JB, 06/06/89)

Sarney derruba prazo para filiar candidatos

Ao sancionar dia 8 a lei que regulará a eleição de 15 de novembro, o Presidente José Sarney vetou o artigo que estabelecia para 15 de maio o prazo para filiação partidária dos candidatos. Sarney argumentou que não poderia sancionar uma lei estabelecendo uma obrigação que teria de ser cumprida antes mesmo da sanção da lei.

-A Constituição assegura que ninguém é obrigado a fazer nada, exceto se depender de uma lei.

A sanção presidencial abriu uma brecha para que as pesqui-

sas de opinião pública possam ser divulgadas até a véspera do pleito, através do veto ao Artigo 30, que admitia recurso ao Supremo Tribunal Federal (STF) às decisões do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No projeto aprovado pelo Congresso, a publicação de pesquisas ficou restrita até 30 dias antes da eleição. O TSE, por sua vez, tem se manifestado contrário a essa limitação. Se decidir pela liberação das pesquisas, não haverá como recorrer.

-Há uma decisão no TSE a favor das pesquisas e há uma

decisão contrária no Poder Legislativo. Achei que não devia, como Poder Executivo, arbitrar uma pendência que existe entre dois poderes. Não quis interferir - explicou Sarney.

O Presidente tornou ainda desnecessária a representação congressual para que os partidos apresentem candidato, como exigia o projeto aprovado no Congresso. Os vetos do Presidente serão agora apreciados pelo Legislativo, que poderá mantê-los ou derrubá-los. (O Globo, 09/06/89)

Lula diz que vai vencer no corpo a corpo



Lula diz que eleição se ganha na rua

O candidato do PT à Presidência da República, Luís Inácio Lula da Silva, cumpriu extensa agenda dia 8 em Aracaju (SE), de onde seguiu satisfeita com os resultados da campanha dos últimos dias pelo Nordeste, que incluiu as cidades de Fortaleza (CE) e João Pessoa (PB). "Quem vai para o segundo turno, eu não sei. Só tenho certeza de que a Frente Brasil Popular (PT/PSB/PCdoB/PV) vai chegar lá, contra a vontade de quem quer que seja", afirmou o candidato, otimista, ao desembarcar em Aracaju, às 8 horas 40 m.

Em entrevista no aeroporto

de Aracaju, onde foi recebido por dezenas de militantes do PT empunhando bandeiras e entoando o slogan **Brasil urgente/Lula Presidente**, o candidato disse não acreditar que as últimas pesquisas sobre a sucessão presidencial possam corresponder aos resultados das eleições de novembro. "O que vale, na verdade, é a política de corpo a corpo. E, nesse aspecto, nós da Frente Brasil Popular somos invencíveis, pois representamos cerca de 80% da militância viva, deste País. Isso vai mudar o atual quadro eleitoral", afirmou Lula.

Ele comentou, ainda, sobre a candidatura de Fernando Collor:

-Acho que a crítica que tem que ser feita a Collor deve analisar o que ele fez como prefeito biônico de Maceió, como Deputado Federal e como Governador de Alagoas. Como foi o caso dele com os usineiros alagoanos? Temos que saber o que o levou a votar em Maluf no Colégio Eleitoral. Eu acho - acrescentou o candidato - que a crítica deve ficar no campo político e não se estender ao campo pessoal. (O Dia, 09/06/89)

Vice do PT será escolhido até o dia 19

Vice de Lula sai até dia 19

O candidato do PT à Presidência, Luís Inácio Lula da Silva, disse dia 8 em Aracaju - onde participou de três debates - que espera que até o próximo

dia 19 já tenha sido escolhido o seu vice.

Lula não manifestou preferências, mas acha que o melhor processo de escolha é o consenso. Se isso for inviável, acrescen-

tou, haverá disputa no voto.

Lula negou a existência de uma crise na Frente Brasil Popular.

-O escolhido será o Vice. (O Globo, 09/06/89)

Roberto Freire lamenta a crise chinesa

O candidato do PCB à Presidência da República, Roberto Freire, admitiu dia 8 em Recife que o massacre de estudantes na Praça da Paz Celestial, em Pequim, pelo Exército chinês, atra-

palha a sua candidatura "porque ela está inserida dentro da luta internacional do proletariado".

-Da mesma forma que a **glasnost** e a **perestroika** da

União Soviética são fatos positivos, porque representam a democratização do socialismo, os episódios da China são negativos - afirmou. (O Globo, 09/06/89)

Brossard acusado de omissão no caso Josimo

O arcebispo de Goiânia, Dom Antônio Ribeiro de Oliveira, acusou em depoimento à Justiça federal o ex-ministro da Justiça Paulo Brossard de desatenção para com as denúncias feitas pela Igreja de que padre Josimo Tavares, assassinado em 1986, em Imperatriz, no Maranhão, corria risco de vida. A denúncia foi feita dia 8 à tarde durante a primeira audiência de instrução e julgamento da ação de resarcimento por responsabilidade civil contra a União e o estado de Goiás, proposta em 1986 por Olinda Morais Tavares, mãe do padre Josimo.

O arcebispo de Goiânia disse ao juiz federal da 4ª Vara, Gilson Barbosa dos Santos, que julgará a ação, que em 29 de abril de 1986, ou seja, 11 dias antes do assassinato do padre, que se deu no dia 10 de maio, ele esteve em Brasília, acompanhado de mais quatro bispos da região norte do antigo estado de Goiás, região conhecida como Bico do Papagaio, para pedir proteção

ao padre Josimo e entregar um dossier sobre a violência e os conflitos de terra na região. Dom Antônio disse que não conseguiu ser atendido pelo presidente Sarney, que estava em preparativos para uma viagem a Portugal, mas que o assessor da presidência Geraldo Moscardo recebeu a comitiva e os encaminhou ao Ministério da Justiça.

Dossiê

No Ministério, embora fosse sabido que o ministro Paulo Brossard estava na Casa, Dom Antônio foi informado que ele estava viajando. Poucas horas depois o próprio ministro ligou para o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Luciano Mendes de Almeida, e o chamou ao seu gabinete. Dom Luciano contou a Dom Antônio que ele próprio entregou o dossier sobre os conflitos de terra na região e pediu pro-

teção a padre Josimo, no que não foi atendido. Segundo Dom Antônio, Dom Luciano lhe contou que o ministro pedira a ele que avisasse o arcebispo de Goiás para procurar o governo do seu estado.

Dom Antônio tem toda a documentação dos pedidos de audiência. O arcebispo falou com o governador de Goiás na época, Onofre Quina, vice de Iris Rezende, que assumira o posto do titular, mas não foi informado posteriormente de que Josimo tivesse recebido proteção policial. Também a mãe de Josimo, Dona Olinda, negou que o padre tenha recebido qualquer escolta. Dona Olinda morava com o filho, havia sete anos, desde que ele deixara o seminário e se ordenara padre. Viúva, ela já havia perdido a única filha, Ana Maria, 12 anos antes de perder o filho. Dona Olinda Tavares conta que era sustentada por padre Josimo, com o ordenado que ele recebia da Igreja. (JB, 9/6/89)

Lavradores do Maranhão vão ocupar terras

Os trabalhadores sem-terra maranhenses não vão mais esperar pela reforma agrária do governo federal, porque no estado são cada vez mais constantes os conflitos e mortes por questões agrárias. Durante o encontro de 78 sindicatos de trabalhadores rurais realizado nos dias 3 e 4 em São Luis, ficou decidido que os 500 mil trabalhadores que não possuem terra no Maranhão vão ocupar todas as áreas improdutivas existentes no estado, respeitando, entretanto, o latifúndio produtivo.

No Maranhão existem mais de 300 áreas ocupadas por posseiros, o que representa aproximadamente 2 milhões de hectares de terra em conflito, segundo revelou o secretário-

geral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão (Fetaema), Ivã Cabral de Sousa. A entidade congrega 136 sindicatos, com 2 milhões de trabalhadores sindicalizados, que estão orientando os sem-terra a não deixarem que ocupem suas terras e a lutarem por elas.

Levantamento feito pela Fetaema revela que 80% dos latifúndios das áreas localizadas nas regiões do Tocantins, do Pindaré e do Mearim, a chamada Pré-Amazônica Maranhense, além das áreas ao longo da BR-316 (a Maranhão-Pará), são improdutivos. Como os trabalhadores chegaram à conclusão de que o governo federal não está interessado em implantar a reforma agrária, decidiram pelas ocupa-

ções das áreas "onde não existe uma roça plantada", segundo o presidente da Fetaema, Cosmo Rodrigues de Araújo, para quem o processo de desapropriação é lento e só é feito quando há conflito e mortes.

Burocracia

Não querendo comentar a idéia de invasão das áreas improdutivas, o superintendente regional do Incra, Francisco de Assis e Sousa, disse que, no Maranhão, a partir de 1987, foram desapropriados 1,5 milhão de hectares de terra e fez-se o assentamento de 18 mil famílias. Porém, reconhece que o processo de desapropriação é lento tanto por culpa da burocracia federal como da estadual. (JB, 06/06/89)

Posseiros contra demissões em Salvador

A demissão de cinco técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia (Ematerba), que trabalhavam no Projeto Pajeú, no município de Caldeirão Grande, a 333 quilômetros de Salvador, fez com que 58 posseiros invadissem a sede da empresa, na capital, e outros 33 ocupassem o escritório regional de Jacobina, decididos a só desocupar esses locais quando os técnicos forem recontrata-

dos. O presidente da Ematerba, Gersolino Rodrigues Moraes Filho, prometeu tentar junto ao governo do Estado a recontratação dos técnicos, mas não conseguiu convencer os posseiros a deixar a sede da empresa.

Os cinco técnicos estavam em Caldeirão Grande desde 1983, quando foi iniciada a implantação do Projeto Pajeú, com o assentamento de 442

famílias, que passaram a produzir feijão, milho e mandioca. Eles foram demitidos juntamente com 800 outros funcionários da Ematerba, com a decisão do governo do Estado de enxugar a máquina administrativa. Apesar um técnico permaneceu no projeto, sem condição de manter a assistência que vinha sendo prestada aos posseiros. (JB, 8/6/89)

Vaqueiro diz quem matou Chico Mendes

Quem matou o líder sindical e ecologista Chico Mendes foi mesmo Darci Alves da Silva, a mando de seu pai, o fazendeiro Darli Alves da Silva, em companhia de Sérgio Pereira, o *Mineirinho*, empregado da Fazenda Paraná, de propriedade da família Alves.

Esta afirmação consta do depoimento da última testemunha ouvida na fase de instrução do processo sobre a morte de Chico Mendes, o vaqueiro da Fazenda Paraná Alício Dias de Oliveira, que foi chamado novamente a depor pelo juiz de Xapuri, Adair Longhini.

O vaqueiro Alício Dias de Oliveira, que já havia sido ouvido por precatória pelo juiz de Senador Guiomard e negado tudo o que dissera à polícia antes, inocentando o fazendeiro Darli Alves da Silva e o filho Darci, surpreendentemente, no depoimento que prestou dia 7 em Xapuri, voltou a revelar que outro filho de Darli, o Oloci, lhe contou que quem matou Chico Mendes foi mesmo Darci, por ordem do pai.

Diante do próprio Darli e de Darci, Alício disse que um dia após a mor-

te de Chico Mendes, saiu a cavalo para os fundos da Fazenda Paraná com Oloci, e este lhe revelou que quem matou o ecologista foi o irmão Darci e Serginho, também conhecido como *Mineirinho*, a mando do pai, Darli. Segundo o vaqueiro, Oloci contou-lhe inclusive que Darci teria se negado a executar Chico Mendes, chegou a discutir com o pai, e este teria dito que Darci "não honrava as calças que vestia".

Indagado pelo juiz, o vaqueiro respondeu que não sabia dizer se foi Darci ou o *Mineirinho* o autor do disparo que acertou Chico Mendes, porque Oloci não lhe revelou. Solicitado pelo advogado Ricardo Gebrin, assistente de acusação, disse que conheceu Serginho, o *Mineirinho*, como empregado da fazenda de Darli Alves da Silva. Serginho tem mais dois irmãos (Francisco e Amadeus), é o mais baixo e fisicamente mais fraco dos três, e, na época, não usava bigode nem barba.

Mentira

Ao promotor William João Silva

confessou que havia mentido no primeiro depoimento que prestou ao juiz de Senador Guiomard, porque recebera instruções do pai do fazendeiro Darli Alves da Silva, o velho Sebastião, o qual, por sua vez, lhe disse que recebera um telefonema do advogado Rubens Lopes Torres, pedindo que ele mentisse. Contou que logo depois da morte de Chico Mendes saiu da Fazenda Paraná e foi procurar emprego em outras propriedades da região. Atualmente, disse, está empregado na fazenda do *Alemão* (Adálio Cordeiro), na estrada que liga Brasiléia a Assis Brasil.

Com o depoimento do vaqueiro Alício Dias de Oliveira, encerra-se a fase de instrução em que foram ouvidos os acusados da morte de Chico Mendes e todas as testemunhas de defesa e acusação. A partir do dia 8, os advogados de defesa e a promotoria terão cinco dias para apresentar suas alegações. Até o final deste mês, é provável que o juiz pronuncie os réus e até setembro seja realizado o tribunal do júri. (JB, 9/6/89)

Seringueiro foge do Acre para não ser morto

O seringueiro Osmarino Amâncio Rodrigues teve que fugir em um avião monomotor de sua cidade, Brasiléia (AC), dia 2, para não ser morto pela facção que disputa com ela a liderança do Sindicato dos Seringueiros do Acre. A informação foi divulgada dia 6 em Santos, por Raimundo Mendes de Barros, primo do sindicalista Chico Mendes.

É possível que Osmarino já tenha retornado ao Acre, segundo Barros. Ele explicou que o motivo da fuga foi

a denúncia, feita por Osmarino, de que teria ocorrido fraude nas eleições do sindicato rural. O primo de Chico Mendes disse que também recebe frequentes ameaças de morte.

Barros foi a Santos (65 km a sudoeste de São Paulo) para participar de um debate sobre a violência na Amazônia. Ele divulgou uma nota do Conselho Nacional dos Seringueiros - do qual é tesoureiro - em que acusa o Instituto Nacional de Colonização e Re-

forma Agrária (Incrá) de "incentivar" mais de cem fazendeiros a desmatarem uma área de aproximadamente 50 mil hectares em Rondônia.

A área, próxima ao rio Candeias, é reserva de extrativismo vegetal protegida por lei, disse Barros. Ela seria usada no projeto Buriti, criado em junho de 1987 pelo antigo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, que previa o desmatamento na região. (FSP, 7/6/89)

Madeireiro indiciado como mandante de atentado

O carro Fiat placa AX-0283 e dois porretes manchados de sangue, encontrados no pátio da firma Heltaex, foram os principais elementos que levaram a Polícia Federal a indicar o dono dessa indústria madeireira do Acre, Jorge Moura, como mentor intelectual do atentado contra o coordenador do PMACI (Plano de Proteção ao Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas), José Rente do Nascimento, e contra o delegado do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambien-

te e Recursos Naturais Renováveis), Paulo de Sales Benincá.

O delegado da Polícia Federal, que presidiu o inquérito, Moacir Sales Tavares, informou que entregará o inquérito à Justiça Federal. Segundo o delegado, o indiciamento de Jorge Moura foi feito com base no Artigo 129, parágrafo 1º, inciso I do Código Penal, responsabilizando o empresário por lesões corporais graves em José Rente e Paulo Benincá e lesões também em Geraldo Callegari, assessor de

Rente, que os acompanhava na hora do atentado, ocorrido no dia 17 do mês passado em Rio Branco. A pena prevista é de um a quatro anos de prisão.

Um ambientalista, que não quis identificar-se por questões de segurança pessoal, revelou dia 7 que o atentado contra os três técnicos faz parte de um plano denominado Aliança dos Povos contra a Floresta, em contraposição à Aliança dos Povos da Floresta, que reúne fazendeiros e madeireiros. (JB, 8/6/89)